



Rev. Dr. Marcos Roberto Inhauser

Fone: (0XX19) 2121 5853 escrit. / 99798 6955 cel

www.inhauser.com.br / marcos@inhauser.com.br

www.pastoralia.com.br

TEXTO PUBLICADO NA COLUNA SEMANAL NO CORREIO POPULAR

SOCIEDADE SEM PERDÃO

Marcos Roberto Inhauser

Imagine viver em uma sociedade em que o perdão é proibido! Seus membros estarão fadados a viver eternamente sob o peso da culpa e terão que pagar reiteradas vezes o preço de uma transgressão. Esta sociedade transformaria a todos em escravos dos erros e seria o martírio de ter lançado na cara, a todo o instante, o que se fez de errado.

Recusar o perdão é um poder social muito grande, mas ao mesmo tempo, é arma suicida. Quem não perdoa também não recebe perdão. Tem o poder de acusar e será acusado a toda hora.

Por outro lado, há o exercício ideológico do perdão. Isto aconteceu na Guatemala onde os militares, depois de terem matado a milhares em suas incursões anti-guerrilheiros, foram às comunidades onde promoveram massacres e disseram às viúvas e órfãos que os perdoavam pelos ataques que haviam feito contra a pátria ao exigirem terra e justiça!

Prova deste perdão matreiro é o que os militares fizeram na Argentina e no Brasil: decretaram leis de auto-perdão pelos crimes que cometeram. Graças às investigações incansáveis de viúvas, mães e filhos de mortos e desaparecidos, se sabe algo do horror que praticaram. No mais completo escárnio ao sofrimento de muitos, eles se anistiarão! Este perdão foi uma burla porque se perdoaram sem confessar os seus erros!

Quando, agora, a Comissão da Verdade os chama para investigar e entender a participação de cada um, eles têm a chance de confessar o que de errado fizeram. Ao disto, há o predomínio da arrogância na quase totalidade deles. Exemplo disto é o tenente do Exército José Conegundes do Nascimento que não compareceu e disse que não colabora com o inimigo. Outro foi o general do Exército José Brandt Teixeira que se recusou a comparecer alegando que, “segundo orientação do Comando do Exército, as convocações devem partir daquela autoridade”. Militares acusados de cometer crimes na ditadura selaram pacto para se manter calados nos depoimentos à Comissão da Verdade. Mas há uma dimensão de subversão no exercício do perdão. O perdão concede a segunda chance à pessoa arrependida, para que, no convívio social, possa viver sem ser acusada. Somos débeis, limitados e, muitas vezes, praticamos atos que ofendem e machucam ao outro. Confessar o erro e pedir perdão são atos da mais profunda significação social e política. Não é para menos que em quase todas as sociedades se prevê o perdão judicial e a anistia governamental.

Recentemente a Europa obrigou o Google a apagar dados que comprometessem a biografia de alguém, a pedido deste. Pessoas que algum dia tiveram algum problema e que acertaram as contas e se acertaram estavam sendo denunciadas a cada pesquisa que seu nome fosse incluído. Isto era tripudiar: acusar seguidamente um erro já acertado e perdoado. Ficou assim decretada uma forma de “perdão cibernético”.

Há que dizer-se também que há um perdão unilateral: aquele que é concedido por graça, sem que haja condições impostas. Pode-se, no nível individual, perdoar ao ofensor, sem que este tenha pedido perdão ao ofendido. O exercício deste é o exercício da graça, pois Deus nos perdoou antes mesmo e mesmo que não confessemos os pecados.